



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

Metodologias contemporâneas voltadas ao estudo do sistema carcerário brasileiro a partir de uma perspectiva geográfica

Dany Delfim Silbermann¹
danydelfimsilbermann@gmail.com

Adriana Dorfman²
adriana.dorfman@ufrgs.br

(X) Apresentação Oral (GT)

() Exposição de Banner

GT pretendido: GT 1: Geografia Política e Geopolítica: dos Enfoques Clássicos às Renovações Contemporâneas

RESUMO

Este trabalho analisa métodos contemporâneos de análise geográfica do sistema carcerário brasileiro para (1) orientar sua aplicação metodológica e (2) evidenciar as formas de divulgação de informações sobre o tema por parte de órgãos públicos. Para tanto, descreve qualitativamente repositórios de dados produzidos entre 2009 e 2025 pelo Poder Executivo (Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania e Ministério da Justiça e Segurança Pública) e pelo Poder Judiciário (Conselho Nacional de Justiça), apresenta formas de sistematização dessas informações para otimizar estudos geográficos e elenca produções derivadas dessas fontes e métodos. Conclui-se que, apesar de empecilhos, existe compromisso estatal no levantamento de dados sobre o sistema prisional, os quais podem ser utilizados tanto para exacerbar o controle e a segurança incidentes, quanto para melhorar as condições prisionais (sobretudo no que tange aos direitos humanos e ao reconhecimento de populações vulneráveis). Por fim, infere-se que, para pesquisas acadêmicas com maior abrangência territorial no campo da Geografia Carcerária, a disponibilização de dados tabulados é indispensável, assim como a execução de análise espacial e aplicação de ferramentas SIG.

Palavras-chave: Geografia carcerária; Sistema carcerário; análise espacial.

INTRODUÇÃO

A Geografia Carcerária, voltada à análise das práticas espaciais do aprisionamento (MORAN, 2016), organiza-se em três frentes analíticas: (a) as características e dinâmicas internas dos estabelecimentos prisionais, incluindo os efeitos de estratégias biopolíticas sobre os corpos encarcerados e demais atores; (b) a organização espacial dos sistemas carcerários; e (c) as interações entre esses sistemas e o Estado penal.

Essa subdisciplina articula-se com a Criminologia, enquanto estudo do ato motivante de encarceramento e do seu perpetrador, que tende a tornar-se apenado; a Geografia Urbana, uma vez que a condição urbana via de regra pressupõe ascensão

1 Arquiteto, mestre em Planejamento Urbano e Regional e doutorando em Geografia, UFRGS, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

2 Geógrafa, mestre e doutora em Geografia, UFRGS, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

da criminalidade e da manifestação das polícias; e a Geografia Política, na medida em que o encarceramento se estabelece através de relações de poder, mecanismos de controle e vigilância e se constitui enquanto forma de coerção estatal circunscrita ao território nacional e direcionada à população - teoricamente, aos transgressores das normativas vigentes, normas essas estabelecidas e administradas pelo estado.

No Brasil, a produção geográfica mais consolidada sobre o encarceramento privilegia as dinâmicas internas às prisões e seus entornos imediatos, pouco se dedicando à macroestrutura do sistema carcerário. Contudo, a expansão de repositórios públicos de dados tem possibilitado análises em escalas mais amplas.

Este trabalho almeja descrever métodos contemporâneos de análise geográfica do sistema carcerário brasileiro, visando (1) orientar técnicas em implementação e (2) evidenciar as responsabilidades dos Poderes da União quanto à transparência das práticas estatais de encarceramento. Aborda os processos de coleta, sistematização e divulgação de dados sobre estabelecimentos prisionais, população carcerária, crimes e execução penal, cuja modernização nos últimos 15 anos viabilizou o georreferenciamento e a análise espacial desses fenômenos.

Para tanto, o estudo aborda dados oriundos do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), por meio do Sistema de Informações do Sistema Penitenciário Nacional (SISDEPEN), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por intermédio do sistema GeoPresídios, do Sistema de Audiência e Custódia (SISTAC), do Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP), do Sistema de Execução Unificado (SEEU), do Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Prisionais (CNIEP); e do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), através do portal ObservaDH. Ao expor produções derivadas dessas fontes, explora os alcances e limitações dessas fontes para a análise.

O estudo estrutura-se em introdução; metodologia e procedimentos; análise de resultados (subdividida em fontes de dados, métodos de emprego dos dados e exemplos de estudos geográficos aplicados); e considerações finais, nas quais são retomados os principais resultados, discutidas contribuições e limitações.

METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS

Como método, o trabalho adota pesquisa qualitativa descritiva sobre técnicas contemporâneas de análise de dados públicos espacializáveis referentes ao sistema carcerário brasileiro sob perspectiva estadual, regional ou nacional.

Inicialmente, contextualizam-se as principais fontes de dados (MJSP, 2014–2025; CNJ, 2009–2025, 2011–2025, 2015–2025, 2016–2025; MDHC, 2023–2025), suas subordinações institucionais, atualizações recentes e procedimentos de coleta, sistematização e disponibilização, considerando unidades de análise, séries temporais e abrangência territorial em três eixos: estabelecimentos prisionais, demografia da população encarcerada e tipificação penal e execução penal. As fontes são organizadas em ordem crescente de aplicabilidade para estudos geográficos com análise espacial.

Em seguida, descrevem-se as metodologias de operacionalização desses dados na análise geográfica, incluindo georreferenciamento por interfaces

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

programáticas e análise espacial em softwares SIG (Sistemas de Informação Geográfica) e ferramentas de geoprocessamento. Por fim, são sumarizados exemplos de produções acadêmicas derivadas desses dados e métodos.

ANÁLISE DE RESULTADOS

FONTES DE DADOS QUANTITATIVOS

O ObservaDH, lançado em 2023 com a criação do MDHC no governo Lula-3, é uma plataforma do Poder Executivo federal voltada à promoção dos direitos humanos por meio de políticas públicas baseadas em evidências e diálogo com a sociedade civil. Atua como repositório de informações sobre populações vulneráveis e violações de direitos humanos, direcionado a gestores públicos e organizações nacionais e internacionais (MDHC, 2026). A partir de 2024, incorporou dados sobre população privada de liberdade, infraestrutura prisional e atendimento aos apenados, agregando informações do SISDEPEN, SISTAC e outras bases oficiais (Sinan, CNES, SINESP, MJSP e Previdência Social). No campo prisional, opera principalmente como agregador e divulgador de dados produzidos por terceiros, exceto pelos indicadores sobre combate à tortura, sistematizados com apoio de Comitês Nacional e Estaduais. Entre as inovações, destacam-se dados sobre famílias de pessoas presas originados no CadÚnico, desigualdades de renda, auxílio-reclusão e denúncias de violações de direitos humanos. A plataforma prioriza divulgação acessível (textos, áudio-descrição, gráficos e mapas), evidenciando a sobrerrepresentação de negros, jovens e grupos socioeconômicos vulneráveis no sistema prisional. Contudo, não aborda especificidades das populações feminina, LGBTQIA+, quilombola, indígena e estrangeira. A ausência de unidades espaciais desagregadas e bases tabuladas limita análises georreferenciadas.

SEEU, SISTAC, BNMP e GeoPresídios/CNIEP são iniciativas do CNJ, subordinado ao Poder Judiciário, operando de forma complementar e integrada. O SEEU, implementado em 2016, visa uniformizar a execução penal eletrônica, com execuções penais como unidades de análise desagregáveis por UF, regime, esfera, tribunal, infração e demografia. O SISTAC, implementado em 2015, coleta dados de audiências de custódia, com filtros por tribunais, tipo de prisão e demografia, sem bases tabuladas. O BNMP, instituído em 2011, consolida dados sobre pessoas presas e submetidas a medidas penais, atualizados por magistrados, sem acesso público a séries históricas. O CNIEP, criado em 2009, coleta dados primários sobre estabelecimentos prisionais (habitabilidade, serviços, segurança, saúde, tortura, óbitos), disponibilizados no GeoPresídios, com recortes espaciais e filtros institucionais, estruturados em 1.855 unidades prisionais³ como unidades de análise, com possibilidade de download. Como inovação, os sistemas do CNJ incorporam análises qualitativas da infraestrutura prisional, identificação de unidades sem inspeção, avaliação de óbitos e caracterização por identidade de gênero, sexo biológico e orientação sexual, além de vulnerabilidades adicionais (pessoas em

3 Presume-se que a variação positiva em relação à quantidade de estabelecimentos oriunda do SISDEPEN se dê em função da consideração de delegacias.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

situação de rua, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência), superando a classificação restrita ao gênero nos sistemas do Executivo. Entre as limitações, apenas o GeoPresídios/CNIEP disponibiliza dados tabulados, há estabelecimentos e comarcas sem inspeção, ausência de endereços das unidades prisionais como variáveis analíticas e indisponibilidade de séries históricas em algumas fontes.

O SISDEPEN, lançado em 2014 no governo Dilma-1 em cumprimento à Lei nº 12.714/2012 (BRASIL, 2012), é gerido pelo MJSP e atualiza o Infopen. Diferentemente do ObservaDH, produz dados primários sobre infraestrutura, serviços, demografia dos encarcerados, movimentação de presos, tipos penais e execução penal, coletados semestralmente desde 2017 por formulários eletrônicos preenchidos pelas administrações prisionais. Os dados são divulgados em relatórios técnicos e bases tabuladas, favorecendo análises acadêmicas e espaciais. Uma inovação central é a definição de 1.555 estabelecimentos prisionais como unidades de análise, permitindo detalhamento e georreferenciamento por unidade, município e UF. Entretanto, o sistema não inclui identidade de gênero e não relaciona os estabelecimentos às comarcas correspondentes.

MÉTODO DE EMPREGO DOS DADOS PARA ESTUDOS GEOGRÁFICOS COM ANÁLISE ESPACIAL

A análise de dados tabulados por recortes espaciais em planilhas já permite inferências espaciais, mas impõe limitações quanto ao volume de dados e às formas de representação, sobretudo cartográficas. Para superar esses limites, é necessário o uso de técnicas de geoprocessamento em SIG.

O georreferenciamento pode ocorrer por duas vias, após tratamento prévio das informações: (1) dados agregados por recortes espaciais (municípios, comarcas, UF) podem ser vinculados a camadas vetoriais no QGIS por meio de *Join*, utilizando bases territoriais do IBGE (comarcas podem ser derivadas de municípios e dados do IPEA [2026]); (2) dados por estabelecimentos prisionais, com endereços, podem ser georreferenciados via plug-ins (p.ex., MMQGIS) ou serviços web (p.ex., Geoapify).

Com isso, a incorporação do espaço à análise do sistema carcerário torna-se possível, permitindo mensurar propriedades e relações considerando explicitamente a localização espacial (Câmara et al., 2004). Assim, os estabelecimentos prisionais configuram-se como eventos pontuais, enquanto os recortes espaciais passam a representar áreas com contagens e taxas agregadas (ibid).

ESTUDOS GEOGRÁFICOS APLICADOS

Com o recurso a essas plataformas e procedimentos de georreferenciamento, estudos contemporâneos permitem analisar relações espaciais entre objetos e ações que compõem os sistemas carcerários estaduais e nacional, bem como suas interações com outros fenômenos socioespaciais. Destacam-se pesquisas sobre desigualdades socioespaciais associadas ao sistema penal paulista e sua recente interiorização (Zomighani, 2013; Godoi, 2015), territorialidades prisionais em Pernambuco (Arruda, 2015), expansão do encarceramento no território brasileiro a partir da noção de circuito espacial penal (Gomes, 2019, 2024, 2025) e relações entre sistema prisional e fronteiras (Silbermann e Dorfman, 2026). A figura abaixo ilustra, à

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



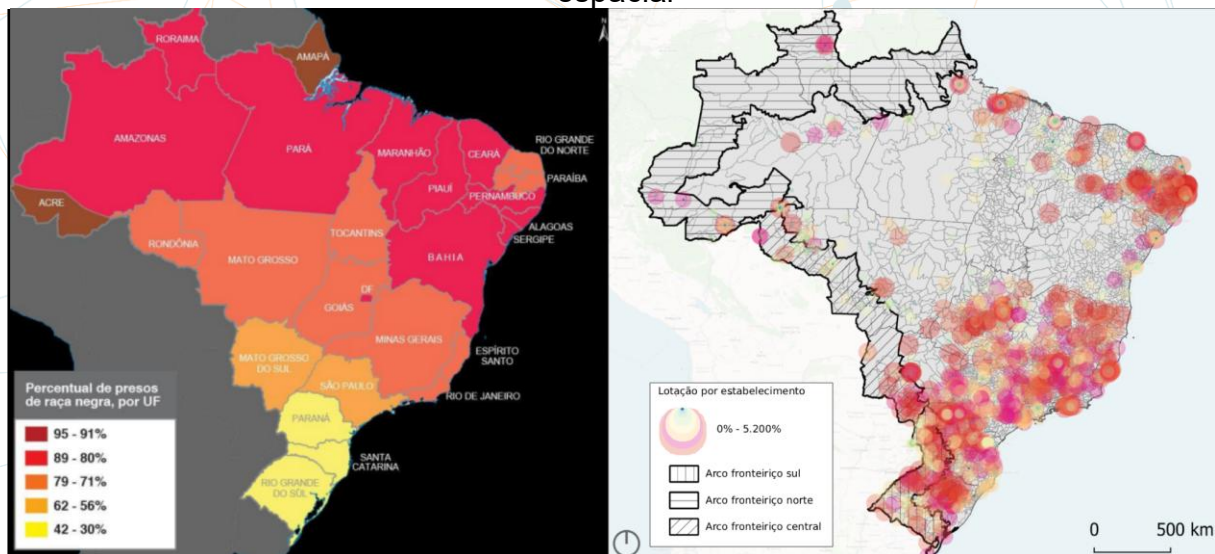
V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

direita, a produção de Gomes (2024), que mapeia o percentual de presos negros por UF em áreas agregadas; à esquerda, a de Silbermann e Dorfman (2026), que representa a lotação das unidades prisionais como eventos pontuais.

Figura 1 – Produções cartográficas do sistema prisional brasileiro com análise espacial



Fonte: Gomes (2024) e Silbermann e Dorfman (2026).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As técnicas contemporâneas de coleta, sistematização e divulgação de dados ensejam a análise espacial do sistema carcerário brasileiro, acarretando novos desdobramentos para a Geografia Carcerária e subdisciplinas correlatas. Esse desenvolvimento ainda é passível de ampliação, na medida da superação das limitações acima descritas. Essas técnicas permitem tanto a intensificação da vigilância estatal no contexto prisional para governar ou influenciar comportamentos (*dataveillance*), quanto a formulação de políticas públicas baseadas em evidências para a melhoria das condições do sistema. Nesse sentido, apesar dos obstáculos a serem superados, o Poder Executivo e o Poder Judiciário têm ampliado e, inclusive, cooperado no levantamento de dados sobre serviços, infraestruturas, população carcerária, execução penal e garantia de direitos humanos no contexto prisional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Raimundo Ferreira de. **Geografia do cárcere**. Tese de doutorado, USP, 2015. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-16062015-125328/publico/2015_RaimundoFerreiraDeArruda_VCorr.pdf>. Acesso: 10 fev. 2026.

BRASIL. Lei nº 12.714, de 14 de setembro de 2012. Dispõe sobre o sistema de acompanhamento da execução das penas, da prisão cautelar e da medida de segurança. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 set. 2012.

CÂMARA, Gilberto; MONTEIRO, Antônio Miguel; DRUCK, Susana; *et al.* **Análise espacial e geoprocessamento**. In: *Análise espacial de dados geográficos*. Planaltino: Embrapa, 2004.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

CNJ, Conselho Nacional de Justiça. **BNMP 3.0 - Portal CNJ**. Portal CNJ. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario/bnmp-3-0/>>. Acesso em: 10 fev. 2026.

_____. **Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais (CNIEP) - Portal CNJ**.. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario/geopresidios-page/>>. Acesso: 10 fev. 2026.

_____. **GEOPRESÍDIOS - CNJ**. www.cnj.jus.br. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/inspecao_penal/mapa.php>.

_____. **SISTAC - Portal CNJ**. Portal CNJ. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario/audiencia-de-custodia/sistac/>>. Acesso: 10 fev. 2026.

_____. **Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU)**. Portal CNJ. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario/sistema-eletronico-de-execucao-unificado-seeu/>>. Acesso: 10 fev. 2026.

GODOI, Rafael. **Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos**. Tese de doutorado, USP, 2015. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-05082015-161338/publico/2015_RafaelGodoi_VOrig.pdf>. Acesso: 10 fev. 2026.

GOMES, C. **Circuito espacial penal: análise do sistema penal frente à expansão do meio técnico-científico-informacional no Brasil**. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2024.

_____. **Circuito espacial penal: uma análise do punitivismo no contexto da globalização**. in CARLOS, A.; CRUZ, R. **Uma geografia na periferia do capitalismo**. São Paulo: Annablume, 2025.

_____. **O encarceramento brasileiro frente ao processo de expansão do meio técnico-científico e informacional**. São Paulo: Anais eletrônicos do XIII ENANPEGE, 2019.

IPEA, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. **Atlas do Estado Brasileiro v.2.6.4a - Comarcas e municípios**. [Ipea.gov.br](http://ipea.gov.br). Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasestado/consulta/176>>. Acesso: 10 fev. 2026.

MDHC, Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. **ObservaDH**. [Mdh.gov.br](http://mdh.gov.br). Disponível em: <<https://observadh.mdh.gov.br/>>. Acesso em: 10 fev. 2026.

MJSP, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Bases de Dados SISDEPEN**. Secretaria Nacional de Políticas Penais. Disponível em: <<https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/bases-de-dados>>. Acesso: jan. 2026.

MORAN, D. **Carceral Geography**. Birmingham: Routledge, 2016.

SILBERMANN, D; DORFMAN, A. **Sistema carcerário nas fronteiras do Brasil**. Porto Alegre, 2026. Submetido para publicação.

ZOMIGHANI, James Humberto Junior. **Desigualdades espaciais e prisões na era da globalização neoliberal**. Tese de doutorado, USP, 2013. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-09042014-124253/publico/2013_JamesHumbertoZomighaniJunior.pdf>. Acesso: 10 fev. 2026.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/